

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2010

De 14 de Abril de 2010

Município de Boa Vista do Sul - RS Tipo de julgamento: Menor Preço por Item

Edital de pregão para aquisição de ar condicionados.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VISTA DO SUL, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que às <u>09:00 (nove) horas</u> <u>do dia 28 de Abril de 2010</u>, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, localizada a Rua Emancipação, Nº 2.470, reunir-se-ão o pregoeiro e sua equipe de apoio, designados pela Portaria nº 026/10, com a finalidade de receber propostas e documentos de habilitação, objetivando a contratação de empresa para o fornecimento de material permanente, processando-se essa licitação nos termos da Lei Federal n.º 10.520, de 17/07/2002, e do Decreto Municipal nº 006, de 06/02/2007, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

1 - DO OBJETO:

1.01. Aquisição de aparelhos de ar condicionados, a serem entregues e instalados nos locais a serem determinados pela Prefeitura Municipal, conforme especificado na Tabela abaixo:

especificado na Tabela abaixo:				
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL				
ITEM	QTDE	UN	TIPO	
01	02	UN	AR CONDICIONADO SPLIT, 12.000 BTU'S, FRIO/QUENTE, 220 V MONOFÁSICO, NÍVEL DE RUÍDO INTERNO MAXIMO 44 dB, NÍVEL DE RUÍDO EXTERNO MÁXIMO 56 dB, COMPRESSOR ROTATIVO, CONTROLE REMOTO TOTAL SEM FIO, SELO PROCEL DE ENERGIA, COM GARANTIA TOTAL MÍNIMA DE 1 ANO NO PRODUTO E 5 ANOS NO COMPRESSOR POR DEFEITO DE FABRICAÇÃO	
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO				
02	01	UN	AR CONDICIONADO SPLIT, MÍNIMO 7.000 BTU'S, MÁXIMO 7.500 BTU'S, FRIO/QUENTE, 220 V MONOFÁSICO, NÍVEL DE RUÍDO INTERNO MAXIMO 39 dB, NÍVEL DE RUÍDO EXTERNO MÁXIMO 52 dB, COMPRESSOR ROTATIVO, CONTROLE REMOTO TOTAL SEM FIO, SELO PROCEL DE ENERGIA, COM GARANTIA TOTAL MÍNIMA DE 1 ANO NO PRODUTO E 5 ANOS NO COMPRESSOR POR DEFEITO DE FABRICAÇÃO	
03	02	UN	AR CONDICIONADO SPLIT, 12.000 BTU'S, FRIO/QUENTE, 220 V MONOFÁSICO, NÍVEL DE RUÍDO INTERNO MAXIMO 44 dB, NÍVEL DE RUÍDO EXTERNO MÁXIMO 56 dB, COMPRESSOR ROTATIVO, CONTROLE REMOTO TOTAL SEM FIO, SELO PROCEL DE ENERGIA, COM GARANTIA TOTAL MÍNIMA DE 1 ANO NO PRODUTO E 5 ANOS NO COMPRESSOR POR DEFEITO DE FABRICAÇÃO	
04	01	UN	AR CONDICIONADO SPLIT, 18.000 BTU'S, FRIO/QUENTE, 220 V MONOFÁSICO, NÍVEL DE RUÍDO INTERNO MAXIMO 46 dB, NÍVEL	



			DE RUÍDO EXTERNO MÁXIMO 59 dB, COMPRESSOR ROTATIVO,	
			CONTROLE REMOTO TOTAL SEM FIO, SELO PROCEL DE	
			ENERGIA, COM GARANTIA TOTAL MÍNIMA DE 1 ANO NO	
			PRODUTO E 5 ANOS NO COMPRESSOR POR DEFEITO DE	
			FABRICAÇÃO	
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE				
			AR CONDICIONADO SPLIT, MÍNIMO 9.000 BTU'S, MÁXIMO 9.500	
05	01		BTU'S, FRIO/QUENTE, 220 V MONOFÁSICO, NÍVEL DE RUÍDO	
			INTERNO MAXIMO 39 dB, NÍVEL DE RUÍDO EXTERNO MÁXIMO 52	
		UN	dB, COMPRESSOR ROTATIVO, CONTROLE REMOTO TOTAL SEM	
			FIO, SELO PROCEL DE ENERGIA, COM GARANTIA TOTAL MÍNIMA	
			DE 1 ANO NO PRODUTO E 5 ANOS NO COMPRESSOR POR	
			DEFEITO DE FABRICAÇÃO	

<u>Parágrafo Primeiro</u>: Os aparelhos objeto desta licitação deverão ser instalados nos lugares determinados pela Administração Municipal, num prazo de 15 dias úteis, a contar da assinatura do contrato.

<u>Parágrafo Segundo:</u> Ficará a cargo da empresa vencedora todas as despesas com transporte dos materiais, bem como todas as despesas inerentes a instalação (ferramentas, pessoal capacitado, entre outros).

Parágrafo Terceiro: O ponto elétrico ficará por conta da Administração Municipal

<u>Parágrafo Quarto</u>: Se a empresa não prestar assistência técnica própria, deverá indicar qual empresa prestará este serviço, mediante declaração que deverá ser anexada junto a proposta financeira

2 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

2.1.Para participação no certame, a licitante, além de atender ao disposto no item 7 deste edital, deverá apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, identificados, respectivamente, como de n° 1 e n° 2, para o que se sugere a seguinte inscrição:

AO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO SUL EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 005/10 ENVELOPE N.º 01 - PROPOSTA PROPONENTE (NOME COMPLETO)

AO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO SUL EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 005/10 ENVELOPE N.º 02 - DOCUMENTAÇÃO PROPONENTE (NOME COMPLETO)

3 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO:

- **3.1.** A empresa licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao pregoeiro, diretamente, por meio de seu representante legal, ou através de procurador regularmente constituído, que devidamente identificado e credenciado, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse da representada.
- **3.1.1.** A identificação será realizada, exclusivamente, através da apresentação de documento de identidade.
- **3.2.** A documentação referente ao credenciamento de que trata o item 3.1 deverá ser apresentada fora dos envelopes, no original ou cópia autenticada previamente,



por tabelião ou por servidor público ou, ainda, poderá ser autenticada a cópia à vista do original.

- 3.3. O credenciamento será efetuado da seguinte forma:
- **a)** se representada diretamente, por meio de dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado, deverá apresentar:
 - a.1) estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado;
- **a.2)** documento de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade comercial ou de sociedade por ações;
- **a.3)** inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil:
- **a.4)** decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;
 - a.5) registro comercial, se empresa individual.
 - b) se representada por procurador, deverá apresentar:
- **b.1)** instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante reconhecida em cartório, em que conste os requisitos mínimos previstos no art. 654, § 1º, do Código Civil, em especial o nome da empresa outorgante e de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, o nome do outorgado e a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública; ou
- **b.2)** carta de credenciamento outorgado pelos representantes legais da licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

3.4. Apresentar, ainda, declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, conforme o modelo no ANEXO IV.

3.5. Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatório a licitante fazer-se representar em todas as sessões públicas referentes à licitação.

Observação 1: Em ambos os casos (b.1 e b.2), o instrumento de mandato deverá estar acompanhado do ato de investidura do outorgante como representante legal da empresa, no original ou cópia autenticada previamente, por tabelião ou por servidor público ou, ainda, poderá ser autenticada a cópia à vista do original.

Observação 2: Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar a carta de credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

- 3.6 A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados nos itens 6.15 a 6.18, deste edital, deverão apresentar, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, declaração, firmada por contador, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, ou Certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DNRC nº 103/2007.
- **3.7.** As cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados nos itens 6.15 a 6.18, deste edital, conforme o disposto no art. 34, da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, **desde que também apresentem**, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, declaração, firmada por contador, de que se enquadram no limite de receita referido acima.



4 - DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES:

- **4.1.** No dia, hora e local mencionados no preâmbulo deste edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à sessão pública do pregão, o pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes Nº 01 PROPOSTA e Nº 02 DOCUMENTAÇÃO.
- **4.2.** Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhuma licitante retardatária.
- **4.3.** O pregoeiro realizará o credenciamento das interessadas, as quais deverão comprovar, por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de ofertas e lances verbais, bem como para a prática dos demais atos do certame;

5 - PROPOSTA DE PREÇO:

- **5.1.** A proposta, cujo prazo de validade é fixada pela Administração em 60 (sessenta) dias, deverá ser apresentada em folhas seqüencialmente numeradas e rubricadas, sendo a última datada e assinada pelo representante legal da empresa, ser redigida em linguagem clara, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, e deverá conter:
 - a) razão social da empresa;
- **b)** preço unitário e total de acordo com o Modelo de Proposta Financeira (Anexo I), indicado em moeda corrente nacional, onde deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, ou ainda, despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta da licitante vencedora;
- c) prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias da abertura dos envelopes da proposta financeira;
 - d) prazo e condições de entrega: conforme Edital (item 10);
 - e) data, assinatura e identificação do signatário.
- f) Deverá ser cotado a marca e o modelo do ar condicionado, para conferência do objeto cotado com as especificações solicitadas, sob pena de desclassificação da proposta.
- g) Junto com a proposta financeira, deverá ser anexado folder explicativo, contendo as informações dos produtos cotados, solicitadas no objeto deste Edital, para conferência da Comissão de Licitações e se a empresa não prestar assistência técnica própria, deverá indicar qual empresa prestará este serviço, mediante declaração que deverá ser anexada junto a proposta financeira.

Observação: Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula, sendo desprezadas as demais, se houver, também em eventual contratação.

6 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

- **6.1.** Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subseqüentes, até a proclamação da vencedora.
- **6.2.** Não havendo, pelo menos, 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecerem novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.
- **6.3.** No curso da sessão, as autoras das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidadas, individualmente, a apresentarem novos lances, verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir da autora da proposta classificada em segundo lugar, até a proclamação da vencedora.
- **6.4.** Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.



- **6.5.** A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, obedecida a ordem prevista nos itens 6.3 e 6.4.
- 6.5.1. Dada a palavra a licitante, esta disporá de 1 (um) minuto para apresentar nova proposta.
 - **6.6.** É vedada a oferta de lance com vista ao empate.
- 6.6.1. A diferença entre cada lance não poderá ser inferior a R\$ 10,00 (dez reais) observado para fins de julgamento o valor unitário por item.
- **6.7.** Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes no item 13 deste edital.
- **6.8.** O desinteresse em apresentar lance verbal, quando convocada pelo pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa competitiva e, consequentemente, no impedimento de apresentar novos lances, sendo mantido o último preço apresentado pela mesma, que será considerado para efeito de ordenação das propostas.
- **6.9.** Caso não seja ofertado nenhum lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.
- **6.10.** O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.
- **6.11.** Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-a com os valores consignados em planilha de custos, decidindo motivadamente a respeito.
- 6.12. A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarada vencedora a licitante que ofertar o menor preço unitário, desde que a proposta tenha sido apresentada de acordo com as especificações deste edital e seja compatível com o preço de mercado.
 - **6.13.** Serão desclassificadas as propostas que:
 - a) não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;
 - b) forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas;
- **c)** afrontem qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos do item 5;
- **d)** contiverem opções de preços alternativos ou que apresentarem preços manifestamente inexeqüíveis.
- **Observação:** Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.
- **6.14.** Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.
- **6.15.** Encerrada a sessão de lances, será verificada a ocorrência do empate ficto, previsto no art. 44, §2º, da Lei Complementar 123/06, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que atenderem aos itens 3.6 ou 3.7 deste edital.
- **6.15.1.** Entende-se como empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.
- **6.16.** Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:
- a) A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa detentora da proposta de menor valor será convocada para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.



- **b)** Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 6.15.1 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea *a* deste item.
- **6.17.** Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, satisfizer as exigências do item 6.16 deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.
- **6.18.** O disposto nos itens 6.15 a 6.17, deste edital, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.
- **6.19.** Da sessão pública do pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos.
- **6.20.** A sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto serem esclarecidas previamente junto ao setor de Licitações deste Município, conforme subitem 14.1 deste edital.
- **6.21.** Caso haja necessidade de adiamento da sessão pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

7 - DA HABILITAÇÃO:

7.1. Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá apresentar, dentro do ENVELOPE Nº 02, os documentos abaixo descritos, no original ou cópia autenticada previamente, por tabelião ou por servidor público ou, ainda, poderá ser autenticada a cópia à vista do original. Os documentos exigidos deverão ser apresentados em 01 (uma) via, não podendo ser manuscritos, nem apresentar emendas, rasuras, entrelinhas ou estarem ilegíveis; deverão, ainda, ser datados e assinados por seu representante legal, quando expedidos pela própria licitante.

7.2. - DOCUMENTOS EXIGIDOS:

- a) Prova de regularidade do INSS;
- b) Prova de regularidade do FGTS:
- Declaração assinada pelo representante legal da licitante, de que a mesma não foi declarada inidônea para participar em licitações ou para contratar com o Poder Público (Anexo II deste Edital);
- d) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor com todas as alterações, devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de origem, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- e) Prova de regularidade com a Dívida Ativa da União/Receita Federal, Fazenda Estadual e Municipal da licitante e na forma da Lei;
- f) Certidão negativa de falências e concordatas, fornecidas pelo distribuidor do Foro da Comarca onde está sediada a licitante, com vencimento não superior a 30 (trinta) dias, contados a partir de sua emissão, quando esta não mencionar validade própria;
- g) Declaração que atende ao disposto no artigo 7.°, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal n.° 4.358-02 (Anexo III);
- **7.3.** O envelope de documentação que não for aberto ficará em poder do pregoeiro pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da homologação da licitação, devendo



a licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

- 7.4. A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, previstos no item 7.2, deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em dois dias úteis, a da sessão em que foi declarada como vencedora do certame.
- **7.4.1.** O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.
- **7.4.2.** Ocorrendo a situação prevista no item 7.4, a sessão do pregão será suspensa, podendo o pregoeiro fixar, desde logo, a data em que se dará continuidade ao certame, ficando os licitantes já intimados a comparecer ao ato público, a fim de acompanhar o julgamento da habilitação.
- **7.4.3.** O benefício de que trata o item 7.4 não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.
- **7.4.4.** A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 7.4, implicará na inabilitação do licitante e a adoção do procedimento previsto no item 8.2, sem prejuízo das penalidades previstas no item 13.1, alíena *a*, deste edital.
- **7.5.** O envelope de documentação que não for aberto ficará em poder do Pregoeiro pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da homologação da licitação, devendo a licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

8 - DA ADJUDICAÇÃO:

- **8.1.** Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante que ofertar o menor preço será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.
- **8.2.** Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o pregoeiro poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.
- **8.3.** Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro proclamará a vencedora e, a seguir, proporcionará às licitantes a oportunidade para manifestarem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação expressa, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recorrer por parte da licitante.

9 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

- **9.1.** Tendo a licitante manifestado motivadamente, na sessão pública do pregão, a intenção de recorrer, esta terá o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentação das razões de recurso.
- **9.2.** Constará na ata da sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias corridos, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todas, vista imediata do processo.
- 9.3. A manifestação expressa da intenção de interpor recurso e da motivação, na sessão pública do pregão, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.



9.4. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio daquela que praticou o ato recorrido, a qual poderá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, reconsiderar sua decisão ou fazê-lo subir, acompanhado de suas razões, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da subida do recurso, sob pena de responsabilidade daquele que houver dado causa à demora.

10. DOS PRAZOS:

10.1. O licitante vencedor se obriga a entregar e instalar os aparelhos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato (modelo Anexo V).

11 - DO RECEBIMENTO:

- **11.1.** Verificada a desconformidade do bem, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.
- **11.2.** O contratante se reserva no direito de a qualquer tempo aferir as especificações dos materiais para fins de verificação da conformidade com o objeto licitado, comparando-se com o que foi entregue e o contido na Nota Fiscal/Fatura.
- **11.3.** A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.

12 - DO PAGAMENTO E RUBRICA ORÇAMENTÁRIA:

- **12.1.** O pagamento será efetuado contra empenho, após a entrega dos materiais, por intermédio da Secretaria Municipal da Fazenda do Município e mediante apresentação da Nota Fiscal.
- **12.2.** O pagamento será efetuado até o 5º (quinto) dia útil, após a entrega do material, objeto desta licitação.
- **12.3.** A despesa decorrente do presente processo será atendida através da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRIC. E MEIO AMBIENTE

UNIDADE 01 – SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULTURA

PROJETO 1005 – Exp. e Adeq. das Ativ da Secr. Mun. da Agricultura

44.90.52.12.00 Aparelhos e Utensílios Domésticos (7002).

ÓRGÃO 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUC., CULT. E DESPORTO

UNIDADE 01 – EDUCAÇÃO

PROJETO 1014 – Aperf. e Adequ. do Sistema Municipal de Ensino

44.90.52.12.00 Aparelhos e Utensílios Domésticos (5003).

ÓRGÃO 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASS. SOCIAL

UNIDADE 01 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

PROJETO 1009 – Aperf. e Adeq. da Ass. à Saúde na Rede Local

44.90.52.12.00 Aparelhos e Utensílios Domésticos (6004).

13 - DAS PENALIDADES:

13.1 Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

- a) Advertência:
- b) Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total dos itens vencidos pela licitante por inexecução total do ajuste ou proporcionalmente sobre a parte inadimplida;
- c) Multa moratória de 0,33% ao dia em relação ao atraso na entrega do material;



- d) Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de dois anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação na forma da lei.
- 13.2. As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.
- **13.3.** Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

14. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO:

- **14.1** Até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos por escrito, providências ou impugnar o presente edital.
- **14.2 –** Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas por escrito.
- **14.3** Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.
- **14.4 –** Se a ocorrência da impugnação for de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá, assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei nº. 10.520/2002 e legislação vigente.
- **14.5** Quem impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, incorrerá em pena de detenção, de 2 (dois) a 3 (três) anos, e multa, nos termos do artigo 93 da Lei 8.666/93, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15 - DAS DISPOSICÕES GERAIS:

- **15.1.** Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do edital, deverão ser solicitadas por escrito, ao Município de Boa Vista do Sul, setor de Licitações, sito na Rua Emancipação, nº 2.470, ou pelo telefone (54) 3435-5366, no horário compreendido entre as 8h30min às 11h30min e das 13h às 17h, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data marcada para recebimento dos envelopes.
- **15.2.** Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente pregão encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no Município, setor de Licitações.
- **15.3.** Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subseqüente ao ora fixado.
- 15.4. Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar na documentação o seu endereço, *e-mail* e os números de *fax* e telefone.
- **15.5.** Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião ou, ainda, publicação em órgão da imprensa oficial. Os documentos extraídos de sistemas informatizados (internet) ficarão sujeitos à verificação da autenticidade de seus dados pela Administração.
- **15.6.** A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666-93, sobre o valor inicial contratado.



- **15.7.** Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.
- **15.8.** A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal nº 8.666/3).
- **15.9.** Fica eleito o Foro da Comarca de Garibaldi/RS, para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Boa Vista do Sul, 14 de Abril de 2010.

ROBERTO MARTIM SCHAEFFER PREFEITO MUNICIPAL

Este edital se encontra examinado e apre Em	ovado por esta Assessoria Jurídica
Sonáli Chies Aguzzoli OAB/RS nº 49.681	



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO SUL

ANEXO I LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2010 PROPOSTA FINANCEIRA

ΑO

MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO SUL A/C PREGOEIRO OFICIAL RUA EMANCIPAÇÃO, nº 2.470. 95727-000 – BOA VISTA DO SUL – RS

DADOS DA EMPRESA:

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:
ENDEREÇO:
CNPJ:
INSCRIÇÃO ESTADUAL:

Declaramo-nos de pleno acordo com os termos e condições do Edital modalidade Pregão Presencial nº 005/2010, apresentando a seguinte proposta financeira:

ltem	Quant.	Material	Preço	Preço Total	Marca
		OFFICE AND MUNICIPAL DA CAÚIDE E	Unitário R\$	R\$	
		SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E	ASSITENCIA SO	OCIAL	
01	02 Un.	AR CONDICIONADO SPLIT, 12.000 BTU'S, FRIO/QUENTE, 220 V MONOFÁSICO, NÍVEL DE RUÍDO INTERNO MAXIMO 44 dB, NÍVEL DE RUÍDO EXTERNO MÁXIMO 56 dB, COMPRESSOR ROTATIVO, CONTROLE REMOTO TOTAL SEM FIO, SELO PROCEL DE ENERGIA, COM GARANTIA TOTAL MÍNIMA DE 1 ANO NO			
		PRODUTO E 5 ANOS NO COMPRESSOR POR DEFEITO DE FABRICAÇÃO			
		SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO,	CULTURA E DE	SPORTO	
02	01 Un	AR CONDICIONADO SPLIT, MÍNIMO 7.000 BTU'S, MÁXIMO 7.500 BTU'S, FRIO/QUENTE, 220 V MONOFÁSICO, NÍVEL DE RUÍDO INTERNO MAXIMO 39 dB, NÍVEL DE RUÍDO EXTERNO MÁXIMO 52 dB, COMPRESSOR ROTATIVO, CONTROLE REMOTO TOTAL SEM FIO, SELO PROCEL DE ENERGIA, COM GARANTIA TOTAL MÍNIMA DE 1 ANO NO PRODUTO E 5 ANOS NO COMPRESSOR POR DEFEITO DE FABRICAÇÃO			
03	02 Un	AR CONDICIONADO SPLIT, 12.000 BTU'S, FRIO/QUENTE, 220 V MONOFÁSICO, NÍVEL DE RUÍDO INTERNO MAXIMO 44 dB, NÍVEL DE RUÍDO EXTERNO MÁXIMO 56 dB, COMPRESSOR ROTATIVO, CONTROLE REMOTO TOTAL SEM FIO, SELO PROCEL DE ENERGIA, COM GARANTIA TOTAL MÍNIMA DE 1 ANO NO PRODUTO E 5 ANOS NO COMPRESSOR POR DEFEITO DE FABRICAÇÃO			
04	01 Un	AR CONDICIONADO SPLIT, 18.000 BTU'S, FRIO/QUENTE, 220 V MONOFÁSICO, NÍVEL DE RUÍDO INTERNO MAXIMO 46 dB, NÍVEL DE RUÍDO EXTERNO MÁXIMO 59 dB, COMPRESSOR ROTATIVO, CONTROLE REMOTO TOTAL SEM FIO, SELO PROCEL DE ENERGIA, COM GARANTIA TOTAL MÍNIMA DE 1 ANO NO PRODUTO E 5 ANOS NO COMPRESSOR POR DEFEITO DE FABRICAÇÃO			



		AR CONDICIONADO SPLIT, MÍNIMO 9.000 BTU'S, MÁXIMO 9.500 BTU'S, FRIO/QUENTE, 220 V		
		MONOFÁSICO, NÍVEL DE RUÍDO INTERNO MAXIMO 39 dB. NÍVEL DE RUÍDO EXTERNO		
05	01 Un	MÁXIMO 52 dB, COMPRESSOR ROTATIVO,		
		CONTROLE REMOTO TOTAL SEM FIO, SELO		
		PROCEL DE ENERGIA, COM GARANTIA TOTAL MÍNIMA DE 1 ANO NO PRODUTO E 5 ANOS NO		
		COMPRESSOR POR DEFEITO DE FABRICAÇÃO		

Carimbo e Assinatura

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias da abertura da proposta financeira.				
Prazo de entrega: conforme Edital (item 10)				
Data da Proposta:/				
Nome do Responsável:				

^{*} preços cotados para entrega e instalação na sede do Contratante.

** Deverá ser cotado a marca e o modelo dos aparelhos, para conferência do objeto cotado com as especificações solicitadas, sob pena de desclassificação da proposta.



ANEXO II

LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2010

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE.

DECLARAÇÃO

DADOS DA EM	RESA:
NOME:	
	INSC. ESTADUAL.:
ENDEREÇO: _	
	Na qualidade de representante legal da empresa acima descrita, declaro
sob as penas da	lei e para os fins da Licitação modalidade Pregão Presencial nº 005/2010,
que a Empresa	or mim representada, não está suspensa temporariamente da participação
em licitações, ne	m impedida de contratar com o Poder Público e, da mesma forma, não está
na situação de e	npresa inidônea para licitar ou contratar com o Poder Público, na forma dos
incisos III e IV, c	Artigo 87 da Lei Federal 8.666/93.
	Local, de de 2010.
	,
	Assinatura
	Nome:



LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/10.

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE QUE A EMPRESA NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE

, inscrito no CNPJ sobono no portador (a) da Carteira de Identidade no perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.
Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().
Local, de de
Assinatura
Nome:

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).



LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL № 005/10. ANEXO IV

(ANEXAR LADO DE FORA DO ENVELOPE N° 01 – PROPOSTA)

EMPRESA:

CNPJ/MF N°
DECLARAÇÃO
Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Licitante, que atendemos todos os requisitos de habilitação do processo licitatório na modalidade de Pregão Presencial, Edital nº 005/2010.
Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.
de 2010.
Nome completo e assinatura do(a) representante legal da empresa.



ANEXO V - MINUTA DE CONTRATO

Prazo: de XX de XXXXX de 2009 até XX de XXXX de XXXX (garantia)

Origem: Licitação Modalidade Pregão Presencial 005/10

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

É objeto do presente contrato, cuja origem foi a Licitação Modalidade Pregão Presencial nº 005/10, o fornecimento de xx (xxx) aparelhos de ar condicionados para as Secretárias Municipais da: Agricultura e Meio Ambiente; Educação, Cultura e Desporto e Saúde e Assistência Social, bem assim com o prazo de garantia do bem deverá ser no mínimo um ano total no produto e de cinco anos no compressor a contar do recebimento do mesmo, contra defeitos de fabricação, sem prejuízo do disposto no Edital.

Parágrafo Primeiro: Durante o período de garantia não poderão ser cobrados despesas de deslocamento de assistência técnica, bem como troca de peças.

Parágrafo Segundo - O presente instrumento contratual e, assim, todas as suas disposições, vinculam as partes, aos termos do ato convocatório e anexos, proposta e demais atos, da licitação que lhe deu origem, sendo aqueles, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

Parágrafo único - O pagamento será realizado em até 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento definitivo dos equipamentos, objeto do Contrato, e mediante apresentação da



respectiva nota fiscal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

O pagamento dos materiais objeto do presente Contrato, será efetuado através da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRIC. E MEIO AMBIENTE

UNIDADE 01 – SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULTURA

PROJETO 1005 – Exp. e Adeq. das Ativ da Secr. Mun. da Agricultura

44.90.52.12.00 Aparelhos e Utensílios Domésticos (7002).

ÓRGÃO 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUC., CULT. E DESPORTO

UNIDADE 01 – EDUCAÇÃO

PROJETO 1014 – Aperf. e Adequ. do Sistema Municipal de Ensino

44.90.52.12.00 Aparelhos e Utensílios Domésticos (5003).

ÓRGÃO 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASS. SOCIAL

UNIDADE 01 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

PROJETO 1009 – Aperf. e Adeq. da Ass. à Saúde na Rede Local

44.90.52.12.00 Aparelhos e Utensílios Domésticos (6004).

CLÁUSULA QUARTA - PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA.

O prazo para entrega e instalação dos aparelhos objeto do presente Contrato, será de até 15 (quinze) dias úteis, a partir da assinatura deste Contrato.

Parágrafo Primeiro - Qualquer alteração no prazo de entrega dependerá de prévia aprovação por escrito do CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo - Quaisquer atrasos no cumprimento dos prazos estabelecidos no presente Termo de Contrato somente serão justificados, e não serão considerados como inadimplemento contratual, se provocados por atos ou fatos imprevisíveis não imputáveis à CONTRATADA e devidamente aceitos pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Terceiro – Os aparelhos de ar condicionado terão garantia e assistência técnica, contra defeitos de fabricação de no mínimo ano total no produto e de cinco anos no compressor a contar do recebimento do mesmo, a contar da data da efetiva entrega, não podendo ser cobradas despesas de deslocamento para prestação de assistência técnica.

CLÁUSULA QUINTA - PENALIDADES.

Em caso de inadimplência contratual e a não entrega do objeto referido no presente Termo de Contrato nos prazos fixados, aprovados pelo CONTRATANTE, sujeitará a CONTRATADA à aplicação das seguintes penalidades:

- Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato em caso de inadimplemento total, ou o mesmo percentual sobre a parte inadimplida, constante da proposta vencedora;
- b) Multa moratória de 0,33% ao dia de atraso para a prestação dos serviços;
- Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar



com a Administração, por prazo de dois anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação na forma da lei.

Parágrafo primeiro - As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

Parágrafo segundo - Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE.

O preço dos equipamentos serão fixos, conforme adjudicado na proposta vencedora do certame, não havendo qualquer reajuste, durante a vigência deste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS.

A troca eventual de documentos e cartas entre do CONTRATANTE e a CONTRATADA, será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO.

O presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Único - A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no Art. 77, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - ALTERAÇÃO.

A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste Contrato somente se reputará válida se tomadas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a dele fazer parte.

CLÁUSULA DÉCIMA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DIREITO DAS PARTES

O presente contrato rege-se pelas disposições expressas Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, e do Decreto Municipal nº 006, de 06/02/2007, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - VIGÊNCIA.

O presente Instrumento terá vigência de 05 (cinco) anos, equivalente a garantia do equipamento, prevalecendo o que ocorrer primeiro, contados a partir da efetivo recebimento desse, substituindo às suas expensas todas as peças que apresentarem defeitos de fabricação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CONDIÇÕES GERAIS.



A CONTRATADA responsabiliza-se integral e exclusivamente pelas despesas realizadas durante a vigência do presente contrato, assim como por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários decorrentes das relações que ajustar com empregados ou prepostos seus, eventualmente utilizados para auxiliar na prestação dos serviços em tela, ou decorrentes de danos por qualquer razão causados a terceiros, sem qualquer responsabilidade solidária do CONTRATANTE, aos quais desde logo, nesta, assegura o direito de regresso contra a CONTRATADA, em vindo a ser solidariamente responsabilizado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FORO.

Fica eleito o Foro da Comarca de Garibaldi/RS como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do Presente Termo de Contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Boa Vista do Sul, xx de xxxxx de xxxx.

MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO SUL ROBERTO MARTIN SCHAEFFER PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:	Aprovo nos termos da Lei Federal Nº 8.666/93. Sonáli Chies Aguzzoli			
Nome: a) CPF:	OAB/RS 49.681 Assessora Jurídica			
Nome:				